



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF THYAGO MOACYR PINTO DA SILVA

**Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Armadas
Brasileiras: Uma proposta para o emprego estratégico da Força**

Rio de Janeiro

2018



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF THYAGO MOACYR PINTO DA SILVA

**Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Armadas
Brasileiras: Uma proposta para o emprego estratégico da Força**

Artigo Científico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase no emprego estratégico de um Comando Conjunto de Operações Especiais.

Rio de Janeiro

2018



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEX – DESMIL**

**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **CAP INF THYAGO MOACYR PINTO DA SILVA**

Título: **Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Armadas Brasileiras: Uma proposta para o emprego estratégico da Força**

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO:

Artigo Científico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase no emprego estratégico de um Comando Conjunto de Operações Especiais.

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
ALEXANDER FERREIRA DA SILVA – Ten Cel Cmt Curso e Presidente da Comissão	
FABIO DOS SANTOS MOREIRA - Cap 1º Membro e Orientador	
THIAGO DE PAULA SOTTE - Cap 2º Membro	

THYAGO MOACYR PINTO DA SILVA – Cap
Aluno

Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Armadas Brasileiras: Uma proposta para o emprego estratégico da Força

Thyago Moacyr Pinto da Silva*
Fábio dos Santos Moreira **

RESUMO

Com a evolução dos conflitos internacionais, o ambiente operacional contemporâneo se apresentou, cada vez mais repleto de desafios quando tratamos de defesa nacional, ao passo que as nações buscam atingir seus objetivos fundamentais dentro de cenários cada vez mais incertos e imprevisíveis. Na atualidade, as Operações Especiais (Op Esp) estão vem sendo cada vez mais utilizadas, face aos crescentes cenários de operações cada vez mais complexos, mercê de características peculiares, como a alta qualificação dos quadros, perfil reduzido das ações, continuidade de ações de busca de dados negados ou não, entre outros. O Brasil, na última década, foi palco de grandes eventos internacionais, tais como Copa das Confederações-2013, Copa do Mundo-2014, Jogos Olímpicos-2016. Além destes eventos, podemos citar também a utilizações de tropas brasileiras em momentos de crise em alguns estados da federação, tais como RJ, ES, BA, entre outros. Estas experiências de planejamento e execução de tropas de Op Esp, serviram de experiência valiosa de emprego conjunto de tropas de operações especiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Na medida em que o Brasil incrementa a expressão militar do seu poder nacional com o objetivo de defender a pátria, manter a soberania e projetar o País no concerto das nações é essencial à estruturação de um Grande Comando Operacional Conjunto que perpetue os ensinamentos colhidos durante as diversas ocasiões em que as tropas de Op Esp brasileiras atuaram em um mesmo ambiente operacional. O emprego conjunto de tropas de operações especiais neste contexto é um desafio a ser enfrentado, uma vez que a doutrina é recente e pouco estudada no âmbito das Forças Armadas. Em face destes aspectos, torna-se necessário o estudo sobre a necessidade da criação de uma estrutura conjunta de coordenação e controle permanente que possa preencher a lacuna existente, o Comando Conjunto de Operações Especiais, perfeitamente estruturado para uma maior interoperabilidade das tropas de operações especiais, tanto no nível operacional quanto no nível administrativo. A pesquisa realizada baseou-se na atual doutrina e os principais ensinamentos colhidos por militares participantes diretamente ou indiretamente no planejamento, preparo e emprego da Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais estruturada à época.

Palavras-chave: Operações Especiais. Interoperabilidade, Comando Conjunto.

RESUMEN

Con la evolución de los conflictos internacionales, el ambiente operativo contemporáneo se presentó cada vez más repleto de desafíos cuando abarcamos la defensa nacional, ya que, las naciones, buscan alcanzar sus objetivos fundamentales dentro de escenarios cada vez más inciertos e imprevisibles. En la actualidad, las Operaciones Especiales (Op Esp) están siendo cada vez más utilizadas frente a los crecientes escenarios cada vez más complejos, merced de características peculiares, como la alta calificación de los cuadros, perfil reducido de las acciones, continuidad de las acciones, la búsqueda de datos, negados o no, entre otros. Brasil, en la última década, fue escenario de grandes eventos internacionales, tales como: la Copa de las Confederaciones-2013, la Copa del Mundo-2014, los Juegos Olímpicos-2016. Además, podemos citar también el uso de tropas brasileras, en algunos estados federales, en momentos de crisis, tales como RJ, ES, BA, entre otros. Estas experiencias de planificación y ejecución de tropas de Op Esp, sirvieron de experiencia valiosa en el empleo conjunto de estas fuerzas del Ejército, de la Marina y de la Aeronáutica. En la medida en que Brasil incrementa la expresión militar de su poder nacional con el objetivo de defender la patria, mantener la soberanía y proyectar el País en el concierto de las naciones, es esencial la estructuración de un Gran Comando Operativo Conjunto que perpetúe las enseñanzas cosechadas durante las diversas ocasiones en que las tropas de Op Esp brasileñas actuaron en un mismo ambiente operacional. El empleo conjunto en este contexto es un desafío a ser enfrentado, ya que la doctrina es reciente y poco estudiada en el ámbito de las Fuerzas Armadas. En vista de estos aspectos, se hace necesario el estudio sobre la necesidad de la creación de una estructura conjunta de coordinación y control permanente que pueda llenar la brecha existente, el Comando Conjunto de Operaciones Especiales, perfectamente estructurado para una mayor interoperabilidad tanto en el nivel operativo como en el nivel administrativo. La investigación realizada se basó en la actual doctrina y las principales enseñanzas cosechadas por militares que participaron directa o indirectamente en la planificación, preparación y empleo de la Fuerza Tarea Conjunta de Operaciones Especiales estructurada en la época.

Palabras clave: Operaciones especiales. Interoperabilidad, Comando Conjunto.

*Capitão da arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007.

**Capitão da arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2004.

1. INTRODUÇÃO

A idéia de um Comando Conjunto de Operações Especiais surge após os anos 1980, com a criação da USSOCOM, o Comando de Operações Especiais dos EUA, que visava coordenar, no âmbito do Departamento de Defesa Americano, as ações das Forças Especiais das Forças Armadas Norte Americanas.

Neste meandro, o Brasil apresentou seus próprios avanços, com a criação do Comando de Operações Especiais, no ano de 2002, inicialmente como Brigada de Operações Especiais, transformada posteriormente com o atual nome, em 2013, vindo a ser a principal estrutura organizacional do Exército dedicada a condução de Operações deste patamar. Além deste, veio a constituir, em que pese ter sido feito em caráter temporário, e por demanda, uma Força Conjunta de Operações Especiais (FCjOpEsp), para a realização de operações tais quais as ocorridas nos grandes eventos de 2010 a 2016, que envolveram os Jogos Mundiais Militares, Copa das Confederações, Copa do Mundo, VI Cúpula dos BRICS e Olimpíadas, o que fez crescer a necessidade de definir como empregar meios de Operações Especiais, tanto das forças singulares como das forças auxiliares, com elevada coordenação e controle único, sob a égide de um CCTI (Centro de Controle Tático Integrado, em cada cidade sede) em proveito de ações de segurança no período de grandes eventos realizados no país.

A ativação desta Força Conjunta denota uma percepção evolutiva do Emprego das Op Esp, entretanto, a mesma ainda é galgada em uma fragilidade, haja vista o caráter temporário e pontual de tal integração, não garantindo assim, os subsídios doutrinários suficientes para a evolução da doutrina das Forças Especiais de nossas Forças Armadas, permitindo apenas em um primeiro momento, a troca de experiências dentre as mesmas, não garantindo assim a interoperabilidade necessária para Operações desta natureza.

No sentido desta necessidade de ampliação, o Manual de Bases para transformação da Doutrina Militar Terrestre afirma que a realidade dos conflitos contemporâneos de amplo espectro é evidente em todo o mundo e também no Brasil, país em que foram desencadeadas diversas operações recentes de pacificação em ambiente urbano, indicando a necessidade de um Exército com diversificadas capacidades operativas, dotado de armamentos e de equipamentos com alta tecnologia agregada, sustentada por uma doutrina em constante evolução, integrada por recursos humanos altamente treinados e motivados" (BRASIL, 2013, p. 8, grifo nosso).

As Operações Especiais são "operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou

politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambiente interagências, em qualquer parte do espectro dos conflitos” (BRASIL, 2017a, p.14).

1.1 PROBLEMA

A Força Conjunta de Operações Especiais constitui-se no mesmo nível das Forças Componentes, atendendo às Operações Especiais do Comando Conjunto. Ou seja, ela estaria subordinada diretamente ao Comando Máximo que regularia as Operações, sejam elas inseridas num contexto de Guerra ou Não Guerra.

Dessa forma, caberia o Comando da mesma, dentro de nossa estrutura inicial de planejamento e condução de Operações, com a ressalva da FCjOpEsp atuar apenas no espectro Estratégico e Político do Combate, no mínimo ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e, mais provavelmente, até mesmo por poder enquadrar agências não diretamente ligadas às FFAA, ao próprio Ministério da Defesa.

Entretanto, tal estrutura possui, por definição, uma concepção temporária, envolvida diretamente com a duração dos eventos aos quais estaria relacionada, não vinculando assim, as unidades de Operações Especiais no âmbito do adestramento conjunto das mesmas, interligando-as apenas nas ações nas quais sejam direcionadas para a atuação de forma conjunta.

Dessa forma, a necessidade da criação de um Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Especiais Brasileiras, que englobam, no mínimo, entidades que atuem com Operações Especiais no âmbito das FFAA, visando uma estrutura permanente capaz de realizar planejamentos, padronização de procedimentos e atualização doutrinária contínuas, mostra-se, em um primeiro momento, necessária e salutar, para o desenvolvimento da capacidade de expandir nossa Estratégia de Defesa, cabendo assim, a definição a quem a mesma poderia estar subordinada., de onde podemos tirar as seguintes indagações:

a. Existe equidade no *modus operandi* das Forças Especiais Brasileiras, que exima a necessidade de uma estrutura única de atuação para as mesmas?

b. As ações demandadas pelas Forças Especiais Brasileiras, quando da atuação nos grandes eventos, inseridas numa FTCjOpEsp, trouxeram benefícios à evolução da doutrina de emprego neste contexto de Operações?

c. Existe estrutura física e organizacional que permita a atuação permanente de um Comando Conjunto de Operações Especiais? e

d. O Ministério da Defesa seria a entidade a quem este Comando de Operações deveria ser diretamente subordinado, para fins de atuação e coordenação?

1.2 OBJETIVO

a. OBJETIVO GERAL:

- Demonstrar a relevância do emprego conjunto das Forças Especiais, inseridas em um Comando Conjunto de Operações Especiais, estrutura permanente que possibilite as atualizações doutrinárias necessárias à constante evolução dos cenários mundiais de emprego das OpEsp, aumentando assim a interoperabilidade das tropas de operações especiais das FA, e, principalmente, facilitando as Operações em eventos que demandem um esforço de tal magnitude, subordinado diretamente a um órgão de Defesa de nível Político e Estratégico.

b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Para a viabilização do objetivo geral foram formulados os seguintes objetivos específicos que permitirão o acompanhamento lógico do raciocínio apresentado neste estudo:

1) Esclarecer a necessidade de uma estrutura de Comando permanente para as Operações Especiais Brasileiras, que envolvam todas as FA;

2) Propor a subordinação deste Comando de Operações Especiais, seja em nível Político e Estratégico, seja em nível Operacional; e

3) Propor possibilidade de local de implantação para o Comando de Operações Especiais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nesse contexto, as F Op Esp das Forças Singulares Brasileiras devem contribuir permanentemente com o planejamento, estruturação, emprego e possibilidades, valendo-se de suas habilidades no desempenho de tarefas que lhes são pertinentes e lhes atribuem identidade. Contudo, falta-lhes uma estrutura integradora permanente que lhes possibilite

trabalhar de modo a promover a interação de potencialidades com vias ao emprego conjunto seja em tempos de guerra, crise, ou em períodos de paz. Podendo ser concretizado em um Cmdo Cj Op Esp, instituído na estrutura organizacional do MD (Ministério da Defesa), a criação de um órgão dessa natureza não apenas para o aprimoramento das F Op Esp, como também produziria efeitos substanciais na forma como os decisores pensam projetar o emprego em todos os níveis (político; estratégico; operacional; tático) das Op Esp.

A proposta para a estrutura de um Cmdo Cj Op Esp necessário à condução das Op Esp será a doutrina já existente no Exército Brasileiro e nas experiências colhidas durante o planejamento e emprego das tropas de operações especiais brasileiras durante os eventos que ocorreram no Brasil nos últimos anos. Desta forma, o Manual de Campanha EB20-MC-10.212 apresenta o desdobramento da estrutura de comando e apoio às operações especiais:

[...] 4.2.7.7.1 Base de Operações Especiais

a) A Base de Operações Especiais (BOE) é a Estrutura de Comando e Apoio nas Op Esp estabelecida por uma F(FT)(Cj)OpEsp e compreende o complexo de instalações, pessoal, material e infraestrutura de comando e apoio utilizado no planejamento e na preparação, para a sustentação das FOpEsp durante a execução das operações e avaliação contínua das ações.

b) O Batalhão de Apoio às Operações Especiais (BapOpEsp) do COpEsp do Exército é a organização militar (OM) responsável pelo desdobramento, instalação, manutenção, segurança, funcionamento e, se for o caso, evacuação da BOE. A referida Base é, normalmente, instalada em região próxima ao Posto de Comando (PC) do Comando Operacional (Conjunto) ou Grande Comando Operativo (G Cmdo Op) em proveito do qual a F(FT)(Cj)OpEsp está sendo empregada.

[...] e) A BOE congrega as atividades relacionadas ao Comando e Controle (C2), ao apoio à infiltração/exfiltração, à Inteligência, à coordenação de fogos, à proteção, ao apoio

de Op Info, à Logística, ao Assessoramento Jurídico, dentre outros. Para tanto, para desenvolver as tarefas supramencionadas, a sua constituição compreende o(a):

- Centro de Coordenação de Operações (CCOp);
- Centro de Apoio às Operações Especiais (CApOpEsp); e
- Infraestrutura de Comando e Apoio. (EME, 2013)

2. METODOLOGIA

Visando alcançar os objetivos acima descritos, a presente pesquisa se valeu da análise documental das principais fontes de consulta que norteiam o emprego das Forças Especiais, de forma a evidenciar a necessidade ou não da atuação conjunta das mesmas no âmbito Comando Conjunto, bem como se valeu de recursos de coleta de dados, com um questionário, este último direcionado à militares que servem ou já serviram no Comando de Operações Especiais, que tenham participado de Operações conjuntas nos grandes eventos que ocorreram no país desde o ano de 2011, de forma a gerar um patamar comparativo sobre a atuação da F Cj Op Esp.

A fim de abordar o problema de forma coerente, foi utilizada a pesquisa qualitativa, haja vista que as referências relativas às experiências dos militares que responderam o questionário foram de primordial valor para que se levantasse a real necessidade da estruturação de um Comando Conjunto de Op Esp com uma estrutura fixa, de forma a ampliar a capacidade de atuação desse tipo de tropa com características tão específicas de emprego.

Dessa maneira, a pesquisa, ainda que inicialmente galgada na forma de emprego das Forças Especiais, conforme descrita em nossos manuais doutrinários, acabou por se envolver em um tom de subjetividade, pois não existem dados objetivos que quantifiquem a ação conjunta das Forças Especiais Brasileiras, sendo necessário um grande debruçar sobre a avaliação de conceitos e visões pessoais quando da atuação de forma conjunta e coordenada destas, de forma a evidenciar a aplicabilidade do presente objeto de estudo.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, faz necessário entender os conceitos que permeiam as Operações Especiais em si. A definição de Forças Especiais, segundo o glossário das Forças Armadas é a seguinte:

Força especializada na condução de guerra irregular que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo. (BRASIL, 2007, p. 113)

O mesmo documento, diz ainda o seguinte sobre o que são as Operações Especiais:

Operações conduzidas normalmente em ambiente de guerra irregular, em áreas

conflagradas ou não, dentro ou fora do país, prioritariamente com finalidade estratégica, desenvolvidas a médio ou a longo prazo, podendo ocorrer em ambiente amigo ou inimigo, interno ou externo. (BRASIL, 2007, p. 183)

Por fim, o manual de Operações Especiais (EB70-MC-10-212), vem a definir o que são as Forças de Operações Especiais:

São forças destinadas à execução das Operações Especiais: frações de Forças Especiais, Comandos e os seus apoios que possuem habilitações e especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas. Também são consideradas F Op Esp as tropas especiais análogas das demais Forças Singulares. (BRASIL, 2017, p. 1-2)

Ao analisar estes trechos doutrinários, podemos entender que uma Operação que envolva Forças Especiais combinadas, fora de uma situação de guerra convencional, nada mais seria que operações conduzidas em um contexto de ação combinada, conjunta e até mesmo singular, em um possível ambiente interagências, que naturalmente induziria a parceria com outros operadores especiais.

Da mesma forma, ao tentar entender como seria a condução desse tipo de Operação, enxergando um contexto onde elementos de diferentes Forças ou estruturas precisem atuar de maneira conjunta, surge naturalmente a questão de como seria o Comando de tal tipo de tais elementos. Nesse sentido, o manual de Op Esp do Exército dá uma deixa significativa de como seria tal ação de comando:

As F Op Esp devem ser empregadas por meio de uma cadeia de comando simples e clara, para atingir objetivos críticos e de valor significativo, e planejadas detalhadamente, apoiando-se em informações precisas e atualizadas, buscando-se o sigilo e a segurança durante o planejamento e a execução das operações. (BRASIL, 2017, p. 2-5)

Partindo deste princípio doutrinário, imaginar uma estrutura com Comando centralizado para uma ação conjunta de diferentes Forças Especiais é mais do que natural: chega a ser algo implícito.

A própria Estratégia Nacional de Defesa aponta tal tipo de pensamento, quando da definição do Objetivo Nacional de Defesa “Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas”, onde diz que:

“Leva em conta a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular ou conjunta, com foco na interoperabilidade; o adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-

se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude das atribuições cometidas; e a dotação de recursos humanos qualificados e bem preparados. (BRASIL, 2016, p.12)

Como que corroborando essa necessidade de integridade de doutrina e de condução das Operações, o Manual de Op Esp cita ainda os fatores de êxito para as Operações Especiais, quais sejam:

- a) decisão de emprego de mais alto nível;
- b) necessidade de adequada estrutura de comando e controle;
- c) acesso aos mais altos níveis de Inteligência;
- d) disponibilidade de recursos e meios (pessoal e material);
- e) tarefas operacionalmente viáveis, atribuídas às F Op Esp;
- f) ações dirigidas contra alvos de alto valor;
- g) planejamento e preparação integrados;
- h) apoio de inteligência oportuno, ágil e preciso;
- i) integração e complementaridade às operações convencionais; e
- j) logística adequada, incluindo apoio à infiltração e à exfiltração.

(BRASIL, 2017, pag 3-3 e 3-4, grifo nosso)

Assim sendo, o sucesso nesse tipo de operação demanda exclusivamente de uma grande centralização no planejamento e preparação, ainda que a execução em si venha a ser descentralizada. Conseqüentemente, ao considerarmos destacamentos de Forças Especiais do Exército e da Marinha que estejam atuando em cima de um objetivo comum, mas com estruturas logísticas individuais, naturalmente irão requerer planejamento descentralizados, o que a própria doutrina aponta como não indicado, ou uma ação integradora que parta de um Comando único, o qual evidentemente deverá advir de um nível superior às mesmas, haja vista que ambas atuariam fora do ciclo das próprias Força Terrestre, Aérea e Naval Componentes, já inseridas no nível Estratégico e Político.

De tudo exposto que surge a idéia de formação de uma estrutura como o Comando Conjunto de Op Esp que, diferentemente da Força Conjunta de Op Esp, ativada apenas nos grandes eventos, numa visão clara da necessidade de emprego com alto grau de interoperabilidade, tenha não só a estrutura física permanente, mas permita também a criação de uma doutrina única de planejamento e emprego, de forma que “tal tempo não seja perdido”, quando da atuação em cenários de crise.

Para tanto, visando o estudo da aplicabilidade de tal Comando Conjunto, a presente pesquisa seguiu os seguintes critérios:

a. Critérios de Inclusão:

- Estudos publicados em português e inglês, relacionados à existência de um Comando Conjunto de Operações Especiais em outros exércitos;

- Estudos publicados em português e inglês, relacionados ao emprego de Forças Especiais no nível Forças Armadas; e

- Estudos qualitativos sobre a atuação Forças Especiais do Exército Brasileiro em grandes eventos, em operações conjuntas com Forças Especiais de outras Forças.

b. Critérios de Exclusão

- Estudos publicados em português e inglês, relacionados à conteúdos não inerentes ao Emprego de Forças Especiais

2.2 COLETA DE DADOS

De forma a complementar o conhecimento adquirido através das fontes escritas, foi realizada uma coleta de dados por meio do instrumento abaixo:

2.2.1 Entrevista com especialista

A realização da entrevista com especialista teve por finalidade mensurar a importância da existência de um Comando Conjunto de Operações Especiais, na visão de militares que atuem na referida área, e que tenham participado das Forças Conjuntas de Operações Especiais ativadas durante os grandes eventos, que remontam desde os Jogos Mundiais Militares, em 2011, até a finalização das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, de forma a mensurar o quão importante seria tal estrutura permanente, bem como a aplicabilidade ou não da mesma

Com as respostas da referida entrevista, foi feita a comparação entre as respostas obtidas, de forma a cooperar com o intuito da pesquisa, aumentando o valor real da pesquisa, uma vez que, conforme dito anteriormente, com a não existência de um documento oficial que regule a estrutura de uma Força Conjunta de Operações Especiais em nossa doutrina militar, tal pesquisa se tornaria deveras subjetiva e por vezes até mesmo infundada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Op Esp são conduzidas no contexto das operações combinadas, conjuntas e/ou singulares terrestres, em ação unificada, em ambiente interagências em parceria com outros operadores para prevenir ameaças, gerenciar crises e/ou solucionar conflitos, conforme foto a seguir.

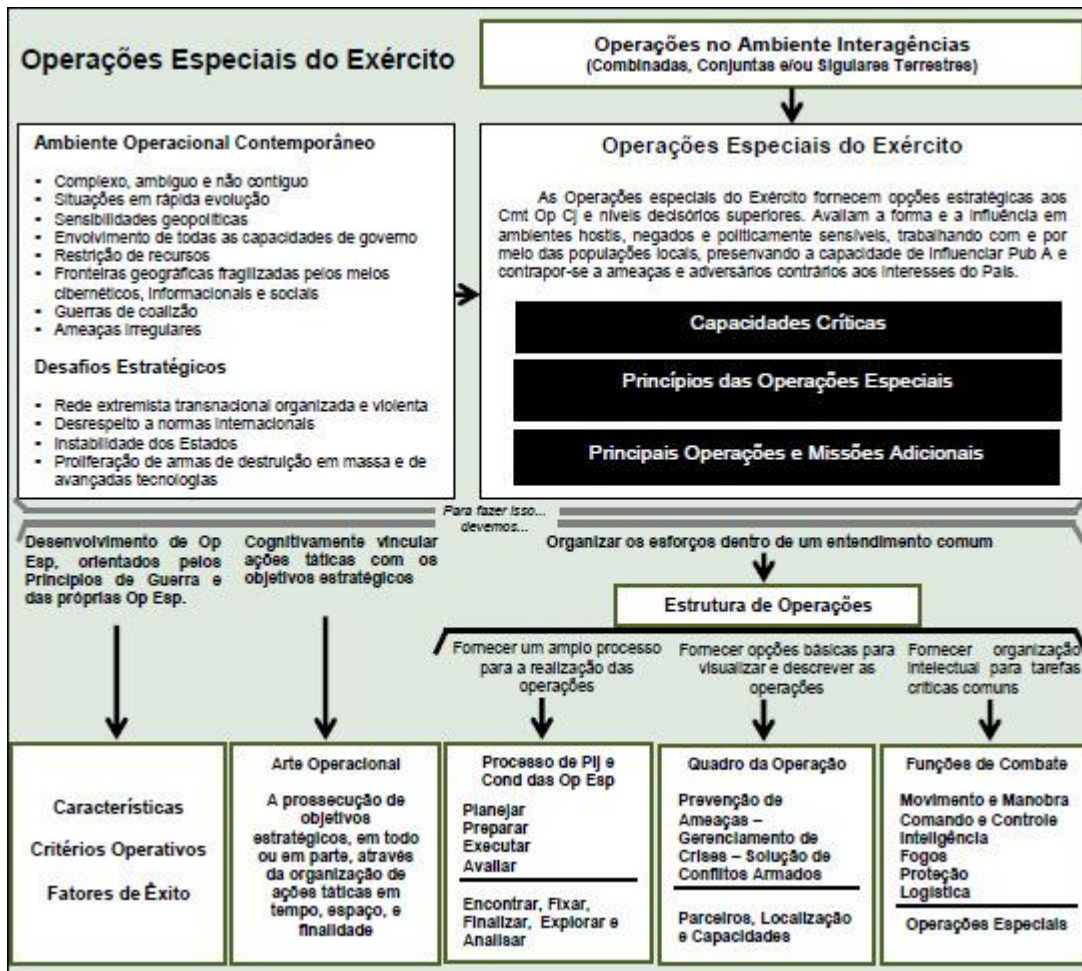


Figura 1 – Operações Especiais do Exército
Fonte: EME (2014a, p 5-2)

Assim, segundo o Manual de Operações Especiais do EB, as principais operações são: a guerra não convencional, as ações diretas, o reconhecimento especial, as operações contra forças irregulares e o contraterrorismo. Além disso, existem as missões adicionais relacionadas às Op Esp que podem ser classificadas e agrupadas de acordo com o explicitado na figura a seguir.

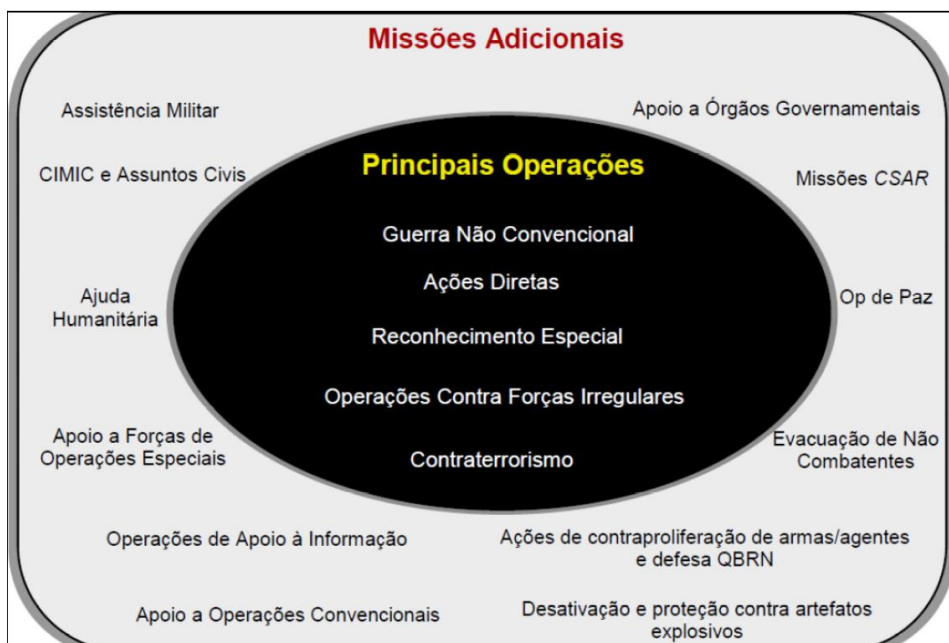


Figura 2 – Principais Operações e Missões Adicionais
 Fonte: EME (2014a, p 5-3)

Nesse contexto, visando entender a real necessidade da estruturação de um Cmdo Cj Op Esp e sua permanente evolução e atualização doutrinária, posto que as Op Esp, quando empregadas, o serão em oportunidades sensíveis e com grandes níveis de complexidade decisória e operativa, foram entrevistados o Cap Christiani, oficial possuidor dos Curso de Ações de Comandos e Curso de Forças Especiais, integrante de DOFEsp entre 2012-2016, oficial de estado-maior do 1º BF Esp em 2018, Mestrado Profissional Stricto Senso pela EsAO em 2017 sobre o tema Terrorismo; o Cap Gustavo, oficial possuidor dos Curso de Ações de Comandos e Curso de Forças Especiais, integrante do 1ºBAC no período de 2013 a 2017 e o Cap Roney, oficial possuidor dos Curso de Ações de Comandos e Curso de Forças Especiais, integrante do 1º BAC no período de 2013 a 2014, integrante do DOFEsp entre 2014-2017. Ao serem questionados sobre suas experiências com tropas de Op Esp de outras forças singulares, verificamos o emprego dos entrevistados em diversas operações com tais peculiaridades, tais como: Força de Pacificação MARE, Copa do Mundo da FIFA 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, DOPAZ no Haiti, Segurança da Embaixada no Congo, ambos os militares relataram o emprego de tropas de Op Esp de diferentes Forças, tanto em território nacional como em território estrangeiro.

Ao serem questionados sobre as principais dificuldades encontradas para o planejamento, preparo e emprego das tropas de Op Esp conjuntamente, foi verificado, primeiramente, que houve grande dificuldade em ser estabelecido um eficiente sistema de Comando e Controle, posto que o suporte técnico de que se valem cada uma dessas forças é distinto, sendo de fabricantes diferentes, e operando em bandas distintas. Esses fatos obrigaram o Exército Brasileiro (EB) a adquirir, centralizar e instruir não somente os operadores de cada força, mas também os mais altos níveis dentro do nível tático de

decisão de cada uma delas envolvidas.

Outra questão evidenciada, é quanto às formas de emprego e às TTP de cada uma das FOpEsp das forças singulares, demandando a execução de grandes exercícios no COpEsp, nos anos de 2014 e 2016, de forma a se discutir as melhores práticas e dentro do possível, padronizar procedimentos.

Um outro ponto que também gerou óbices diz respeito às capacidades de que dispõem cada uma dessas tropas, sobretudo no tocante ao arcabouço teórico e das ações táticas daí advindas, do que vem ao ser Operações Especiais. Pois, até o presente momento, no que se refere a esse assunto, cada força apresenta:

- a. uma DOCTRINA própria (poucas buscavam a integração doutrinária);
- b. uma ORGANIZAÇÃO peculiar;
- c. processos distintos de seleção dos operadores e ADESTRAMENTO individual e coletivo;
- d. diferentes tipos de MATERIAIS e armamentos empregados, muitas delas com inúmeras limitações, principalmente de operar em Amb Not e QBRN;
- e. limitação de PESSOAL (efetivo pronto).

Com isso, pode ser verificado que uma das maiores dificuldades encontradas é justamente o Comando e Controle, principalmente no seu componente de comando. Para que essa lacuna pudesse ser preenchida, foi estabelecido em âmbito nacional, um Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT), a funcionar em BRASÍLIA – DF e, em âmbito regional, nas cidades-sedes dos grandes eventos, Centros de Coordenação Táticos Integrados (CCTI), sob forma de coordenação das tropas de Op Esp e outras julgadas necessárias, àquela época para a prevenção e combate ao Terrorismo. Mesmo que hipotecadas, as tropas do GruMec e do Btl Tonelero da MB, do Para-SAR da FAB continuavam a “prestar contas” à sua força de origem, gerando uma dificuldade com relação às atividades impostas e, principalmente, sobre as atribuições destinadas a cada uma delas, nos diversos cenários.

Ao serem questionados sobre a estrutura estabelecida como Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais com a finalidade de realizar o planejamento, preparo e emprego das tropas de Op Esp brasileiras, e que, após o encerramento de tais eventos, foi verificado uma descontinuidade de um possível Comando Conjunto de Operações Especiais, CRISTHIANI e GUSTAVO afirmaram que a FTCjOpEsp não chegou a se concretizar como uma estrutura de fato, durante os grandes eventos, exatamente pela não existência de

subordinação das diversas tropas a um comando único, ocasionando assim uma coordenação das mesmas através dos CCTI. A implementação de um CCjOpEsp deve ser considerado, atualmente, uma condição sem a qual as limitações individuais de cada uma das tropas de operações especiais ficam potencializadas, em especial a extrema dependência de meios aéreos e a necessidade de inteligência detalhada. Todavia, há de se fazer algumas ressalvas sobre a sua possível constituição e finalidade. Muito mais que agregar as tropas e padronizar em certa medida TTP e materiais, o CCjOpEsp deve buscar reduzir as limitações de cada uma das FOpEsp, aproximando-as das capacidades encontradas em outras FA. Destarte, muito mais importante que aglomerar a unidade Para-SAR da FAB, por exemplo, deve-se considerar o estabelecimento de uma esquadrilha de aeronaves de asa fixa de transporte, com seu emprego voltado especificamente para as Op Esp, bem como de asa rotativa (podendo estas serem oriundas da FAB ou do EB). As três forças armadas possuem capacidades de obtenção de dados que apresentariam um grande avanço para as Op Esp se empregadas em conjunto, como, por exemplo, inteligência de sinal e imagens obtidas através dos R99 e dos SARP da FAB e as capacidades de Rec Especial do EB.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como tema o Comando Conjunto de Operações Especiais, particularmente, em seu emprego estratégico tanto no planejamento e quanto na execução das Op Esp em âmbito nacional. A relevância das Operações Especiais neste contexto é inquestionável, considerando as peculiaridades do ambiente operacional contemporâneo, bem como as implicações nos níveis político e estratégico. As três Forças Armadas Brasileiras, já possuem expertise neste assunto, entretanto existe a necessidade do aprofundamento dos estudos, com o objetivo de consolidar estratégias comuns que viabilizem ações conjuntas eficientes e eficazes. Do estudo das Op Esp nas Forças Armadas Brasileiras conclui-se que um CmdoCjOpEsp não necessita estar reunido, necessariamente em uma mesma Guarnição Militar, com todas as tropas de Op Esp em um mesmo local. Entretanto, há a necessidade de Operadores Especiais, de todas as Forças Singulares estarem reunidos em um mesmo centro operativo e em funções chaves. Naturalmente a escolha mais adequada para o estabelecimento seriam as instalações atuais do Comando de Operações Especiais (COpEsp) em Goiânia (organização que deveria servir como embrião do mesmo), onde ali se encontra em funcionamento a mais de 10 (dez) anos.

Com relação aos meios aéreos, seria interessante que não ficassem muito distantes dessa cidade, como por exemplo em Anápolis-GO. Cabe salientar, entretanto, que nesta mesma cidade, existem guarnições da FAB, tais como o 1º Grupo de Defesa Aérea, dotado com as aeronaves F-5 Modernizado, entre outras estruturas da Defesa Aérea Nacional, o que iriam demandar estudos com relação ao impacto causado nestas guarnições por ocasião de uma estrutura aérea voltada para as Op Esp. Quanto as demais Unidades, poder-se-ia adotar a L Aç de permanecerem em suas atuais instalações ou ainda de transferi-las para Goiânia, não havendo prejuízos significativos em nenhum dos dois casos.

A criação e a consolidação de um Comando Conjunto de Operações Especiais Brasileiro, além de promover uma mudança e modernização organizacional nas Op Esp Brasileiras permanente garantirá condições que permitam às Forças de Operações Especiais Brasileiras participarem diretamente dos mais altos níveis decisórios, aumentando sua capacidade de influenciar as pessoas e por conseguinte o ambiente operacional em que atuam, havendo assim um ganho significativo em termos de capacidades e oportunidades de emprego para essas tropas. Junto com isso, vislumbra-se o aumento de recursos orçamentários, o que fomentaria novos investimentos: em infra-estruturas, em formação e preparo de pessoal, em aquisição de novos meios e, por consequência, novas capacidades operativas, aproximação doutrinária e maior interoperabilidade entre as FOpEsp das forças singulares, dentro das especificidades de cada uma, é claro, que facilite sobremaneira o funcionamento das funções de combate Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Comando e Controle, principalmente, quando do emprego conjunto das mesmas.

As lições apreendidas pelos EUA durante a Guerra do Afeganistão, apontam que é desejável que o Cmt de uma organização militar desta natureza seja oriundo da Força Terrestre. Ainda, ao considerarmos as dimensões continentais do nosso país, o fato de somente as Forças Especiais do Exército possuírem a capacidade de realizar ações indiretas (tanto no desenvolvimento de forças locais quanto no combate às mesmas) e a imensa discrepância no tamanho das estruturas de Op Esp das FA reforçasse a tese de que um Comandante Conjunto de Operações Especiais, no caso do Brasil, deve ser um General, se possível do mais alto posto, oriundo das Forças Especiais do Exército.

Finalizando, ressalto que a necessidade da criação de um Cmdo Cj Op Esp apresentada como conclusão deste trabalho não esgota as discussões sobre o tema, pelo contrário, deve servir de estímulo para futuros estudos que tenham como objetivo

aperfeiçoar as estratégias de preparação, planejamento e emprego de maneira ininterrupta em assuntos voltados às Op Esp. Todos os objetivos traçados no início da pesquisa científica foram perfeitamente atingidos e constam do texto, restando ao autor a esperança de ter colaborado para o desenvolvimento de uma doutrina conjunta para as Forças de Operações Especiais das Forças Armadas Brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>>. Acesso em: 20/07/2015

BRASIL, Ministério da Defesa, **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**, Brasília, 2007.

_____, _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: °http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf<. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____, _____. **MD 33-M-02: Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**, Brasília, 2008a, 336p.

_____, _____. **Bases para a transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2013, 30p.

_____, _____. **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2014a, 87p.

_____. _____. **EB20-MC-10.212: Operações Especiais**, Brasília, 2014b (RESERVADO).

_____, _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008, 70p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. **Knowing Your Partner: The Evolution of Brazilian Special Operations Forces**, 2012, Joint Special Operations University Tampa, Florida, USA. JSOU Report 12-7 August 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. São Paulo: ABNT, 2000, 24p.